

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras pode levantar R\$ 7 bi com venda da BR	2
Título: Petros vai processar ex-dirigentes por desvios.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Energia mais cara não impede novo recuo da inflação	4
Título: Notas	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Eletrobras, BRF e SulAmerica deixam índice de sustentabilidade	5
Autor: Maria Cristina Frias	6
Título: Parada, Samarco perde R\$ 8 bi; MG e ES deixam de arrecadar R\$ 978 milhões	6
Título: Previ tem interesse em ações da BR Distribuidora, diz presidente	8
Título: Vale diz que alta do royalty do ferro compromete minas de alto custo	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: China pode se tornar o importador principal de GNL, inclusive dos EUA	9
Título: A ineficiência da Eletrobras	10
Título: Conselho da Eletrobras adia decisão sobre privatização das distribuidoras	13
Título: Unidade Grid Solutions, da GE, cresce 50% no Brasil neste ano	15
Título: Minério tem alta de 15,7% em setembro	16
Título: Braskem vai buscar aquisições, e até fusões, para crescer	17
Título: Mais usinas ficarão sem operar na próxima safra	19
Título: Petros e Previ reforçam governança.....	21

Título: Fundação vai processar ex-dirigentes.....	23
Título: Destaques	24

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Petrobras pode levantar R\$ 7 bi com venda da BR

Plano da petroleira é vender de 30% e 35% do capital da subsidiária ainda em 2017.

A Petrobras informou ontem que protocolou os documentos relativos à oferta pública de ações da BR Distribuidora junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de capitais. A estimativa da petroleira é vender entre 30% e 35% do capital de sua subsidiária, o que resultaria na geração de uma receita da ordem de R\$ 7 bilhões, segundo executivos próximos à negociação.

Em comunicado, a companhia informou que o preço de venda das ações será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções junto a investidores institucionais, que será feito no Brasil e no exterior.

A abertura de capital da BR integra o plano de venda de ativos da Petrobras, com o objetivo de arrecadar US\$ 21 bilhões entre este ano e 2018. A estimativa é que a abertura de capital da BR possa acontecer ainda em 2017. A apresentação da operação aos potenciais investidores começou ontem e vai até o dia 13 de dezembro. Os bancos que coordenam a operação são Citi, Banco do Brasil, Bradesco BBI, Itaú BBA, JP Morgan, Morgan Stanley e Santander.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Petros vai processar ex-dirigentes por desvios

Fundação já repassou resultados de investigações internas a órgãos públicos.

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, está preparando uma série de ações na Justiça contra ex-dirigentes supostamente responsáveis por desvios e irregularidades, informou ontem o presidente da entidade, Walter Mendes. Segundo ele, todos os indícios foram investigados por comissões internas — 15 já foram concluídas, e há outro andamento. O objetivo é obter reparações para o fundo. Além das ações na Justiça, Mendes disse que os resultados das comissões têm sido enviados ao Ministério Público Federal (MPF), à Previc (que fiscaliza as fundações) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

— Identificamos muitos problemas, e muita coisa já foi enviada (aos órgãos públicos). Contratamos um escritório de advocacia para fazer processos de responsabilização. Estes demoraram um certo tempo por causa da elaboração desse trabalho, mas nós vamos começar a abrir processos contra os dirigentes anteriores em função desses problemas em breve. Estou tentando agilizar ao máximo isso — afirmou Mendes, que não quis informar quais casos devem ser levados à Justiça.

A Petros lançou ontem um "programa de integridade"; que buscará blindá-la de irregularidades como as investigadas na Operação Greenfield e na CPI dos Fundos de Pensão. Entre as medidas que integram o programa, segundo Mendes, estão a revisão de todo o processo de investimento da fundação e o objetivo de ter 100% de conselheiros externos nas empresas investidas a partir de abril. Esse percentual hoje é de 67%, contra apenas 6% no início do ano.

— Refizemos todo o processo da área de investimento, dado que os problemas mais relevantes aconteceram nessa área. Essa medida é a que talvez seja a mais forte — disse Mendes. — Não há uma bala de prata, mas todo esse conjunto de medidas visa a blindar a instituição.

Ele disse ainda que a revisão da política de investimento permitirá que a Petros assine, em dezembro, o código de autorregulação e governança da Abrapp, a associação dos fundos de pensão. O programa de integridade inclui ainda o estabelecimento de condutas específicas sobre conflito de interesse e a abertura de um canal independente de denúncia. Por meio do canal de denúncia, empregados e participantes podem relatar anonimamente denúncias de fraude, corrupção e mesmo assédio no ambiente de trabalho.

— Esse movimento em prol da governança começou nos anos 90, sobretudo nos EUA. Mas ele chegou um pouco atrasado aos fundos de pensão. Infelizmente, muitos problemas tiveram que acontecer para que isso pudesse

ser feito — afirmou Mendes, em seminário no Rio em parceria com a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Energia mais cara não impede novo recuo da inflação

O aumento médio de 4,42% nas tarifas de energia elétrica respondeu pela metade da inflação medida pelo IPCA-15, mas esta inflação – de 0,32% no período de apuração (12 de outubro a 13 de novembro) – avançou apenas 2,58% neste ano e 2,77% em 12 meses. Não somente está sob controle, mas houve ligeira queda comparativamente ao IPCA-15 de outubro.

É o sinal mais recente de que a inflação oficial de 2017 ficará em torno dos 3%, menor nível em 19 anos. A alta do preço da energia afeta os custos das empresas e das famílias. Estas, no entanto, tiveram como contrapartida a queda de 0,25% nos preços médios de alimentação e bebidas. Ou seja, houve mais fartura na mesa, favorecida pelos preços do feijão carioca (–7,03%), do açúcar refinado (–4,52%), da farinha de mandioca (–4,25%) e dos ovos (–3,69%).

Poucos produtos, entre aqueles com maior demanda, registraram alta, como batata inglesa, cenoura e carnes. O IPCA-15 de novembro foi ligeiramente inferior ao esperado pelas consultorias econômicas. Alguns itens, como saúde e cuidados pessoais e despesas pessoais, registraram altas superiores à do índice geral.

No período, o preço da gasolina subiu 1,53% e o do etanol aumentou 2,78%, mas o impacto no IPCA-15 foi, respectivamente, de 0,06 e de 0,03 ponto percentual, influenciando apenas o item transportes (+0,27%). A elevação das cotações internacionais do petróleo, agora repassada instantaneamente pela Petrobrás aos consumidores, explica a alta do preço da gasolina.

Puxado pela eletricidade, o avanço dos chamados preços administrados atingiu 7,13% em 12 meses, superando os 6,20% observados no IPCA-15 de outubro. A evolução superou as estimativas oficiais de alta de até 6% em 2017. A inflação contida decorreu do comportamento muito favorável dos preços livres, que, em média, subiram apenas 1,36% nos últimos 12 meses, nível inferior ao observado em outubro (1,58%).

Embora a inflação do grupo serviços tenha registrado alta de 4,53% em 12 meses, houve queda em relação aos 4,93% de outubro, enfatizou a consultoria Rosenberg, ouvida pela Agência Estado. A queda da inflação tem enorme

impacto sobre a renda real dos trabalhadores, além de facilitar a política do Banco Central para a taxa básica de juros, já reduzida de 13% em janeiro para 7,5%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

» **Interrogação.**

A Cemig colocou o preço mínimo de R\$ 20,30 para as units (depósitos de ações) da Taesa hoje detidas pela companhia e que serão leiloadas hoje. A ação fechou ontem cotada a R\$ 20,70, alta de 0,24%. A companhia espera levantar cerca de R\$ 700 milhões com a venda de 34 milhões de units com o leilão que ocorre na B3.

» **Encontro marcado.**

A venda desses papéis da Taesa já era prevista para ocorrer até o fim deste mês, pois foram dados em garantia para o pagamento de uma opção de venda de ações da Light, que bancos sócios da estatal mineira na empresa fluminense detém contra a Cemig no valor de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Essa opção deve ser parcialmente exercida, depois que a companhia conseguiu na quarta-feira uma prorrogação parcial da opção, pelo período de um ano. Ainda assim, o valor integral a ser obtido com a venda das units deve ser direcionado à parcela da opção que será exercida. Procurada, a Cemig disse que não comentaria sobre o preço mínimo.

» **Próximo passo.**

Após a venda das units, a Cemig deve ficar com 22% de participação no capital total da Taesa, ante os atuais 31,5%, mas manterá 37% das ações ordinárias, fazendo parte do bloco de controle da empresa, que tem 58,36%. Nenhuma decisão foi tomada, mas uma possibilidade aventada no mercado é que, em algum momento, a Cemig deverá vender o restante da participação na Taesa para fazer frente aos seus compromissos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eletrobras, BRF e SulAmerica deixam índice de sustentabilidade

De São Paulo- Eletrobras, Embraer, BRF e Sul America ficarão de fora da carteira do índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa brasileira em 2018, anunciou a B3 nesta quinta (23).

A carteira que vai vigorar entre 8 de janeiro e 4 de janeiro de 2019 terá 33 ações de 30 empresas. Serão 12 setores representados, contra 15 na carteira passada. O valor de mercado soma R\$ 1,3 trilhão, o que representa 41,5% do total das ações negociadas na Bolsa, segundo dados do fechamento de terça-feira (21).

A Bolsa não detalha os motivos pelos quais as empresas deixaram o índice, mas diz que recebeu o mesmo número de empresas inscritas no processo em relação à carteira anterior: 41. Dessas, 37 concorreram à seleção para participar da carteira do ISE.

"A carteira é sempre o retrato do ano. É o retrato de um momento, que pode estar influenciado pelas companhias do país, do mundo, de vários fatores. Foi um ano desafiador, mas mesmo assim a gente considera bastante interessante ter tido o mesmo número de companhias participando", afirma Sonia Favaretto, Diretora de Imprensa, Sustentabilidade, Comunicação e Investimento Social da B3.

Desde que foi criado, em 2005, o ISE acumula valorização de 185%. No mesmo período, o Ibovespa, das ações mais negociadas, tem alta de 113,7%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Parada, Samarco perde R\$ 8 bi; MG e ES deixam de arrecadar R\$ 978 milhões

Mercado Aberto

Paralisada desde o desastre de Mariana (MG), a Samarco deixou de faturar R\$ 8,06 bilhões e de pagar R\$ 978 milhões em impostos aos Estados e cidades onde opera. A estimativa é da Tendências, que fez um estudo encomendado pela BHP Billiton, acionista da mineradora. "A [atividade da] Samarco representava 5% do PIB estadual", diz José Eduardo Azevedo, secretário de Desenvolvimento do Espírito Santo.

A empresa precisa de uma licença para o local que vai receber rejeitos de novas operações. Ela protocolou um projeto em 2016 para usar uma cava que servia à extração de minério de ferro. O conselho de política ambiental de Minas se reúne nesta sexta (24) para tomar uma decisão sobre o tema. "Se o conselho aprovar os pareceres, que são favoráveis, a Samarco poderá iniciar obras no

local", diz o secretário de Meio Ambiente de Minas, Germano Gomes Vieira. A empresa prevê que em seis meses o espaço esteja adequado. Os conselheiros podem pedir vista, no entanto.

Para voltar a operar de fato, falta também a licença para o complexo que inclui a barragem que rompeu em 2015, cassada após o desastre ambiental. A mineradora iniciou o processo para obtê-la em setembro. Técnicos do Ministério Público analisam os estudos que a Samarco entregou. "Nós podemos pedir mais informações. O processo depende de uma série de órgãos", afirma Andressa Lanchotti, coordenadora da força-tarefa do Ministério Público que trata do desastre. O retomo da Samarco só deverá ser possível no segundo semestre de 2018, estima ela.

-.-.-.-

Falta de chuvas ajudou setor de gás e consumo cresceu 20%

O despacho de usinas térmicas para gerar eletricidade impulsionou o consumo de gás natural, que foi 20% maior em setembro deste ano em relação ao mesmo mês de 2016, diz a Abegás (do setor). No acumulado do ano, a alta é de 4,1% de volume.

Com um nível baixo dos reservatórios, o despacho de gás para energia cresceu 24,5%. O consumo decolou a partir do segundo semestre, auge do período sem chuvas. "O mercado termelétrico é volátil e tem volumes muito grandes, então o impacto no total é significativo", diz Marcelo Mendonça, gerente estratégico da associação.

Outros segmentos também tiveram ajuda de fatores externos. O automotivo, que subiu 8,4%, foi beneficiado pelos preços dos combustíveis concorrentes, os líquidos. As alíquotas de PIS e Cofins da gasolina e do diesel subiram mais que a do GNV, e a Petrobras passou a reajustar os valores deles todos os dias, com os preços internacionais como referência.

Por fim, uma retomada da atividade industrial também beneficiou as vendas de gás.

"O desempenho desse setor do mercado deve ser 6% maior que no ano passado, o que consideramos lento. A expectativa é de uma recuperação forte a partir de 2018", afirma Mendonça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Previ tem interesse em ações da BR Distribuidora, diz presidente

Do Rio- O presidente da Previ, Gueitiro Genso, disse nesta quinta (23) que o fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil tem interesse na oferta de ações da BR Distribuidora, que será realizada em dezembro. Segundo o executivo, a oportunidade se enquadra na nova política de investimentos da fundação. A Petrobras vai oferecer ao mercado uma fatia entre 25% e 33,75% da subsidiária, como parte de seu plano de venda de ativos. A expectativa é atrair investidores institucionais, como fundos de pensão e de investimentos.

"É claro que temos interesse em olhar, tem a ver com nossa estratégia de diversificar os investimentos", disse Genso.

Maior fundo de pensão do país, a Previ está aprovando uma nova política que visa, entre outras coisas, reduzir a concentração em sua carteira de ações. Atualmente, 95% da carteira é composta por 12 empresas. A ideia é ampliar esse número, mantendo participações menores em um conjunto maior de companhias com elevados níveis de governança, disse Genso.

Para isso, a Previ está trabalhando na criação de um rating de governança, que vai balizar a gestão da carteira de investimentos, definindo quais participações serão mantidas e em que empresas a fundação vai investir.

Genso classifica a nova política como "ativista" e diz que privilegiará empresas negociadas no Novo Mercado da bolsa de São Paulo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Vale diz que alta do royalty do ferro compromete minas de alto custo

Da REUTERS- A Vale afirmou que o aumento dos royalties da mineração, da forma como foi aprovado pelo Congresso nesta semana, compromete a manutenção e operação de minas de alto custo no país e declarou ter esperança que a Presidência vete alterações feitas no texto original.

O texto eleva a alíquota do minério de ferro em 75%/o, como parte de pacote que busca uma profunda reforma no setor.

A Vale disse que a proposta original do governo era coerente com a capacidade contributiva total das empresas, mas que as mudanças “afetam a nossa competitividade, especialmente em um momento de preços mais deprimidos”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Takeshi Kumon | Nikkei, de Tóquio

Título: China pode se tornar o importador principal de GNL, inclusive dos EUA

Os negócios no setor de energia anunciados durante a recente visita do presidente dos EUA, Donald Trump, à China, podem prenunciar uma grande mudança no mercado mundial de gás natural.

A China Petroleum & Chemical (Sinopec) - principal estatal de petróleo - firmou em 9 de novembro contrato para operar projeto de gás natural liquefeito (GNL) no Alasca. A disposição de Pequim de investir no setor de xisto americano reflete seu desejo de combater a poluição reduzindo o uso do carvão. Acredita-se que a China ultrapasse o Japão como maior importador de GNL do mundo.

Estimativas sugerem que até 2040 as importações chinesas de GNL quadruplicarão. A ascensão do país à posição de maior comprador de gás natural poderá pressionar os preços no longo prazo.

O carvão continua sendo a maior fonte de energia na China, representando mais de 60% do consumo total em 2016. A queima intensiva desse material no inverno degrada ainda mais a qualidade do ar. As autoridades estão incentivando o uso do gás natural - cuja queima é mais limpa -, e o país aumentou as importações de GNL para atender a demanda.

No mesmo dia em que a Sinopec e entidades como o Banco da China assinaram o contrato sobre o projeto de US\$ 43 bilhões no Alasca, a China Energy Investment firmou memorando para investir US\$ 83,7 bilhões em projeto de xisto na Virgínia Ocidental. A China Energy é a maior empresa de energia do mundo em valor de ativos.

O governador do Alasca, Bill Walker, saudou o investimento da China, dizendo: "Este acordo proporcionará ao Alasca um boom econômico comparável ao desenvolvimento do oleoduto Trans Alaska na década de 1970".

Um negociador japonês, no entanto, minimizou a importância desses acordos, chamando-os de politicamente convenientes. A intenção real da China, segundo ele, pode ser esvaziar críticas de Washington sobre o desequilíbrio comercial entre os dois países.

De qualquer modo, poucos duvidam de que a demanda chinesa por gás continuará a aumentar.

Relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) divulgado dia 14 estima que as importações chinesas de gás subirão para 278 bilhões de metros cúbicos em 2040, aumento de 3,8 vezes em relação ao nível de 2016. Desse total, acredita-se que as importações de GNL atinjam 130 bilhões de metros cúbicos, crescimento de 320%.

Apesar dos esforços chineses para aumentar a produção e obter o combustível através de oleodutos provenientes da Rússia, a demanda deverá superar a oferta.

A China já causou impacto sobre preços. Neste mês, o preço de GNL no mercado asiático chegou a US\$ 9,5 por milhão de unidades térmicas britânicas (BTU) - 80% acima do registrado em junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Roberto D'Araujo

Título: A ineficiência da Eletrobras

Apesar da singularidade no seu sistema físico, o Brasil escolheu a Inglaterra como o seu espelho para o setor elétrico, inclusive com a contratação de consultores ingleses. A década de 90, pródiga em aplicar receitas genéricas independentes das características físicas, foi uma espécie de "One size fits all" no mundo comercial. Claro que a adoção de um modelo competitivo sobre o sistema brasileiro exigiu uma intrincada adaptação.

Para exemplificar, aqui uma usina não comercializa a sua própria energia, mas sim uma fração da energia total do sistema. Essa "parcela" é determinada por uma complexa e subjetiva metodologia que "emite" um certificado que registra a "importância da usina", a sua "garantia física". Portanto, não podemos sequer ficar surpresos com a excentricidade de térmicas que vendem energia mesmo desligadas!

Em 1995, não foi apenas essa mercantilização da eletricidade que foi "inaugurada". Na década de 90, vendemos 26 empresas do setor. Por atenderem Estados carentes, as distribuidoras problemáticas foram "empurradas" sobre a Eletrobras, que foi obrigada a "comprá-las". As mais rentáveis foram todas privatizadas.

Enquanto isso, sob a política de privatização ampla, a mesma Eletrobras foi proibida de realizar investimentos previstos em planos de expansão, pois obrigações de gastos poderiam desvalorizá-la. Pois bastou uma seca média em 2001 para que essas decisões mostrassem seus efeitos: racionamento de 25% da carga e inadimplência no Mercado Atacadista de Energia. O efeito de longo prazo foi o encolhimento do consumo total do sistema em 15%. Pode parecer pouco, mas, esse percentual equivale a um crescimento de 4 anos da demanda.

Como já é comum no Brasil, eventos nefastos não são suficientes para análises profundas. Apesar do óbvio prejuízo, a desconstrução das usinas da Eletrobras foi mantida pelo novo governo em 2003. O resultado foi o de hidroelétricas gerando sem contrato e liquidando essa geração por menos de R\$ 10/MWh no "mercado". Ao contrário do cenário desalentador precedente, o número de agentes no mercado livre (consumidores, comercializadores, produtores) explodiu. Em menos de 4 anos, essa presença subiu mais de 1.000%, pois o derrame de energia quase gratuita era um convite irrecusável.

O sistema criou uma prática curiosa. Um preço "spot" determinado por um modelo matemático incentivou estratégias de curto prazo, e, como não podia deixar de ser, o mercado livre não atraiu investimentos. Na realidade, a expansão da oferta continuou capitaneada pelo mercado cativo, que, ao contrário do seu oposto, sofria aumentos de tarifas constantes. Para tentar "animar" os investidores privados, que já contavam com empréstimos subsidiados do BNDES, o governo, mais uma vez, convocou a Eletrobras para se associar minoritariamente em diversos projetos privados que, hoje, se mostram deficitários.

Caso a Eletrobras seja privatizada, esgotam-se as ideias e mantêm-se os defeitos do sistema

Esse efeito "carona" do mercado livre foi uma das razões da carga total do sistema ter perigosamente "tangenciado" a "garantia física" do sistema de 2009 até 2013. Na realidade, segundo dados da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), a carga ultrapassou a garantia em diversos meses. Qual a surpresa? Com cerca de 1/4 da carga total ancorado em contratos curtos e sem usinas que o suportassem, evidentemente estávamos "abusando" da segurança do sistema.

Em 2008, em mais uma travessura matemática típica do modelo mimetizado, um leilão deixou o mercado decidir que grande parte de térmicas contratadas seriam à base de óleo combustível e diesel. No singular sistema brasileiro, onde usinas não vendem o que geram, dado o alto custo dessas energias e o já caríssimo nível das tarifas, "contratou-se também" o maior uso de hidráulicas.

Sem surpresas, o nível da reserva despencou do equivalente a 4 meses de carga para menos de 1,5 meses. Como sempre, São Pedro levou a culpa.

Tarifa nas alturas, perspectivas de aumento substancial do custo de operação e, evidentemente, mais tarifas. O que fazer? Ajudado pela Fiesp, em 2012 o governo resolve "aceitar" a tese de que as tarifas estavam altas por conta do preço "cobrado" por usinas antigas. Esse assunto era alardeado como se as usinas da Eletrobras tivessem decidido esses preços. Na realidade, foi tudo definido em leilões, e, mesmo assim, essa energia era bem mais barata do que a de usinas novas.

O que fazer? Mais uma vez, a Eletrobras foi usada para "compensar" os efeitos adversos do modelo. Por meio de medida provisória, com uma metodologia subjetiva e incompleta, impôs-se preços 90% mais baixos às usinas com o prazo de concessão por vencer. Essa política cometeu dois violentos erros: isentou-se da explosão tarifária todas as outras razões e anulou-se a capacidade de autofinanciamento de parte significativa dos ativos do setor.

Tarde demais! Bastaram alguns anos secos e o já conhecido decréscimo de afluições do Rio São Francisco para que, mais uma vez, o aumento do custo de operação disparasse. Agora, um outro grave problema emerge da complexidade do período de "abuso". O certificado de "Garantia Física" do sistema, a base do virtual modelo mercantil vigente desde 1995, mostra sem sombra de dúvida que está superavaliado. Como símbolo máximo da bizarrice, hoje, com os reservatórios vazios, custos acima de R\$ 700/MWh, por incrível que pareça, estamos com "sobras" de garantia!

As hidráulicas estão penduradas em déficits bilionários, pois não conseguem gerar a sua "garantia", a mesma que ultrapassaram em mais de 30% no período do abuso. É um incrível sistema em que saldos não compensam déficits. Hoje, estamos perigosamente voltando no tempo. Inadimplência no mercado, estatais fragilizadas por exercerem papel de socorro, tarifas explosivas, e, pior, um déficit fiscal equivalente a mais de 20 vezes a privatização da Eletrobras.

Como se pode concluir, a ineficiência não foi exatamente da Eletrobras, mas sim do sistema que, apesar de mostrar suas distorções, é mantido por forças políticas "aparentemente" antagônicas. Caso a Eletrobras seja privatizada, esgotam-se as ideias e mantêm-se os defeitos.

Roberto Pereira d'Araujo é diretor do Ilumina - Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo****Título: Conselho da Eletrobras adia decisão sobre privatização das distribuidoras**

O conselho de administração da Eletrobras pediu mais prazo para avaliar o modelo proposto pelo BNDES na privatização das suas seis distribuidoras de energia, depois de considerar que a operação pode resultar, ao final, na assunção de dívidas da ordem de R\$ 19,7 bilhões pela companhia.

Pelo modelo proposto, a Eletrobras iria assumir dívidas da ordem de R\$ 11,2 bilhões das concessionárias. Além disso, foi proposto que a estatal assumisse créditos e obrigações das distribuidoras junto aos fundos setoriais Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Até junho, a elétrica contabilizava que as distribuidoras tinham créditos da ordem de R\$ 8,4 bilhões a receber, o que ajudaria a equilibrar, no balanço, as dívidas que serão assumidas.

No entanto, esses valores estão sendo questionados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no contexto da fiscalização dos créditos e débitos das distribuidoras junto aos fundos CCC e CDE. Como a resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento (CPPI) prevê que a Eletrobras assuma direitos e obrigações em valores equivalentes, isso poderia resultar nos R\$ 19,7 bilhões em dívidas para a estatal, que já tem uma condição complicada de endividamento.

Por isso, o conselho de administração pediu ontem o prazo adicional para avaliar a capacidade econômico-financeira da companhia de suportar essas obrigações "e ponderar as consequências da eventual liquidação das distribuidoras".

Para 28 de dezembro, foi convocada uma assembleia geral extraordinária (AGE) que vai deliberar sobre o adiamento do prazo final para venda das companhias. Antes, ele acabaria em 31 de dezembro, mas a proposta visa mudar para 31 de julho de 2018. A expectativa do governo é que o leilão de privatização seja realizado em abril.

Uma nova AGE, desta vez para votar sobre a modelagem proposta, poderá acontecer até fevereiro. Até lá, o conselho da estatal deverá avaliar o modelo e recomendar ou não a sua aprovação pelos acionistas.

O aval do conselho, assim como a aprovação na AGE, é uma das etapas previstas no modelo de venda das empresas, conforme resolução do CPPI. Publicada

ontem, a resolução prorrogou, de 29 de dezembro para 1º de fevereiro o prazo para que o tema seja aprovado pelos acionistas da Eletrobras, em assembleia que ainda será convocada.

A expectativa do governo é que as distribuidoras sejam licitadas em leilão previsto para ser realizado em abril. Na quarta-feira, o BNDES abriu os "data-rooms" com informações sobre as seis distribuidoras.

De acordo com a modelagem de privatização, vencerá o leilão de cada usina aquele que ofertar o menor valor de tarifa de energia adicional para gerir a companhia. As distribuidoras serão vendidas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil cada, com uma exigência de aporte imediato de recursos de R\$ 2,4 bilhões. O valor representa 30% do total de investimentos previstos nos cinco primeiros anos de operação, que totalizam R\$ 7,8 bilhões.

A Eletrobras poderá exercer o direito de permanecer como acionista minoritária nas distribuidoras, no limite de participação máximo de 30%, ao converter a dívida das empresas com a holding em ações. As distribuidoras que deverão ser privatizadas são Amazonas Distribuidora (AM), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR), Ceal (AL) e Cepisa (PI).

Entre os potenciais candidatos para adquiri-las estão a Equatorial Energia e a italiana Enel. O diretor financeiro e de relações com investidores da Equatorial, Eduardo Haiama, afirmou recentemente que a companhia estuda todas as oportunidades de negócios, mas, no caso das distribuidoras da Eletrobras, ainda faltavam informações sobre o assunto. Já o presidente mundial da Enel, Francesco Starace, sinalizou esta semana que a companhia tem preferência por Ceal e Cepisa, que estão situadas próximas da Enel Distribuição Ceará (antiga Coelce).

Em teleconferência realizada em 14 de novembro, para comentar os resultados do terceiro trimestre, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, destacou que a assunção das dívidas pela companhia é fundamental para que a venda das concessionárias de distribuição possa acontecer. "Se nós não fizermos isso, praticamente não vamos conseguir vender", disse Ferreira. Assim, as concessionárias serão vendidas "praticamente sem dívidas", disse ele.

O conselho de administração da Eletrobras deve se reunir novamente hoje. Desta vez, em reunião ordinária, deverá ser deliberada a modelagem de venda das participações sem sociedades de propósito específico (SPEs) de parques eólicos e linhas de transmissão. A modelagem foi preparada pelo BTG Pactual e o escritório Souza Cescon.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Unidade Grid Solutions, da GE, cresce 50% no Brasil neste ano**

Os investimentos bilionários contratados no setor de transmissão de energia no Brasil desde o ano passado foram bem recebidos pela americana General Electric (GE). Apenas neste ano, a unidade de Grid Solutions, que inclui os equipamentos voltados para transmissão e distribuição de energia, deve ter um crescimento de 50% nas vendas no país, disse Reinaldo Garcia, presidente global da área, em entrevista ao **Valor**.

Segundo Garcia, o principal motivo dessa forte expansão nas vendas foi a retomada do setor de transmissão de energia. Entre o começo de 2016 e este ano, foram licitados mais de R\$ 30 bilhões em investimentos no setor.

Para dezembro, está previsto outro certame, envolvendo quase R\$ 9 bilhões em investimentos. "Tivemos muito sucesso no leilão de abril [deste ano], e esperamos ter uma grande participação no leilão de dezembro, exatamente como foi na última vez", disse Garcia.

A expectativa é de que o segmento de Grid Solutions continue em forte expansão no próximo ano. "Naturalmente, um crescimento de 50% não é algo usual que tenhamos todos os anos, mas pensamos em um crescimento importante no ano que vem também", disse o executivo.

"Um dos mercados mais ativos no mundo em transmissão é o Brasil, está havendo uma grande atividade neste momento", afirmou. A companhia atua com fornecimento de equipamentos, engenharia, tecnologia, e em alguns casos subestações inteiras, em contratos do tipo 'full service'.

A expansão veio depois de uma fase em que os leilões de transmissão não eram considerados atrativos. As condições foram aprimoradas e o cenário mudou. "De maneira global, isso é positivo, pois investidores começam a acreditar novamente no potencial do Brasil. Isso é um sinal importante não apenas para o mercado de eletricidade, mas para o mercado em geral" disse o executivo da GE.

A empresa não abre os números do segmento, mas a parcela do Brasil está ganhando mais espaço. Segundo Garcia, a América Latina representa 10% dos negócios da Grid Solutions no mundo, e o Brasil, até o ano passado, tinha uma fatia de 40% da região.

Em 2016, o faturamento da GE Power, que concentra as atividades ligadas ao setor elétrico, com exceção das renováveis, somou US\$ 26,8 bilhões, alta de 24% em base anual. A receita total do grupo, por sua vez, chegou a US\$ 123,7 bilhões, alta de 5,3%.

A Grid Solutions, que tem mais de 20 mil funcionários em cerca de 80 países, reúne os serviços e equipamentos voltados para transmissão e distribuição de energia. A unidade consiste em uma joint venture formada com a Alstom no contexto da aquisição da companhia pelo grupo, há dois anos.

O setor de transmissão liderou os investimentos nos últimos anos, mas os equipamentos para modernização da rede de distribuição também têm encontrado grande demanda no país, disse Garcia.

"Em um sistema tradicional de 'grid', você gera em um lugar e leva a energia para outro, a direção é única. Quando se começa a investir em geração descentralizada e outras tecnologias, há uma movimentação de eletricidade para todos os sentidos, e o sistema tradicional não é capaz de fazer isso", disse Garcia. Para isso, as distribuidoras estão sendo obrigadas a fazer investimentos pesados em modernização.

Além do chamado "smart grid", também há procura por softwares que ajudam a fazer a gestão da energia e a lidar com oscilações na carga e na voltagem próximas do consumo.

Outra questão que exige melhorias tecnológicas é a expansão das fontes renováveis como eólica e solar, que são intermitentes. "Isso necessita de um grid mais robusto, e de mais tecnologia para lidar com as intermitências", afirmou Garcia, completando que é um fenômeno muito importante para o setor. "Como a geração é mais complicada, você precisa de mais inteligência, e a questão do software se torna mais importante", disse.

A GE também desenvolve baterias para armazenamento de energia, que podem ser utilizadas para amenizar problemas da intermitência da rede. Segundo Garcia, o Brasil ainda precisa de um aprimoramento na regulamentação para que essa tecnologia ganhe força.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério tem alta de 15,7% em setembro

Impulsionado pelo consumo ainda em alta das siderúrgicas, especialmente na China, o minério de ferro segue em ritmo de valorização. Ontem, os preços da commodity entregue no porto chinês de Qingdao com pureza média de 62% avançaram 3,9%, para US\$ 67,69 por tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin".

Desde 20 de setembro a matéria-prima não tinha níveis tão altos. Além disso, agora o insumo alcança em novembro o melhor desempenho mensal desde fevereiro de 2016. O minério sobe 15,7% no mês, após passar setembro e outubro em queda. Mesmo assim, ainda é observada perda de 14,2% no acumulado do ano.

"Essa retomada dos preços é ilusória", crava o analista Carsten Menke, do banco suíço Julius Baer, ao **Valor**. Para ele, nem o argumento de que a valorização do aço resulta no bom momento de sua matéria-prima, nem o de que o encarecimento recente do carvão contribui para o maior valor do minério se sustentam.

A projeção do banco é de que a cotação gire em torno de uma média de US\$ 55 nos próximos três meses, caindo para US\$ 50 em um horizonte de 12 meses.

Por outro lado, a situação parece ter virado tão drasticamente após fechamento de capacidade do aço na China que o UBS, por exemplo, já fala em potencial de US\$ 70 para o minério em um período de seis meses. As siderúrgicas com capacidade parada devem voltar a funcionar normalmente apenas em abril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem vai buscar aquisições, e até fusões, para crescer

Um dos desafios da Braskem tem sido convencer o investidor de que seu valor é maior do que o atribuído pelo mercado, de acordo o presidente da maior fabricante de resinas termoplásticas das Américas, Fernando Musa. Para melhorar essa percepção e manter-se em trajetória de crescimento, a petroquímica da Odebrecht e Petrobras está avaliando uma série de alternativas, incluindo a busca por oportunidades de fusão e aquisição.

"Temos continuamente avaliado oportunidades de seguir nessa jornada de crescimento", disse Musa, acrescentando que a compra de ativos foi importante alavanca de crescimento ao longo da história da Braskem. Neste momento, não há nada concreto, mas a robustez do balanço e a baixa alavancagem financeira

da companhia criam condições para uma operação dessa natureza. O cenário atual é de tendência de consolidação da indústria petroquímica global.

O executivo reiterou, em encontro com analistas e investidores ontem, em São Paulo, que a Braskem não foi abordada pela LyondellBasell, uma das maiores petroquímicas do mundo, com uma proposta de compra, mas fontes da indústria garantem que a companhia holandesa tem interesse na brasileira.

Conforme Musa, o foco agora é definir a estratégia de crescimento tendo como alternativa uma potencial aquisição ou fusão e, como pano de fundo, a intenção de um de seus maiores acionistas, a Petrobras, de vender suas ações.

"Nosso ponto é seguir na definição dessa estratégia. E, se e quando a Petrobras nos procurar de forma pró-ativa, para discutir isso, o que não aconteceu ainda, nós vamos nos engajar", disse. Conforme Musa, o diálogo em torno dessa estratégia tem sido constante com o conselho, em busca de melhorar a percepção de valor da Braskem do ponto de vista do mercado acionário e continuar criando valor.

O executivo contou ainda que as conversas entre Odebrecht e Petrobras para definição de um novo acordo de acionistas ainda não foram concluídas e têm sido construtivas. "Esse processo foi comunicado no passado e acontece entre os dois acionistas, sem participação da Braskem. Ainda não há conclusão do processo, então não tenho mais informações para dar. A informação que tenho é que o diálogo está produtivo", afirmou.

Há expectativa de que um novo acordo entre as sócias possa ser alcançado ainda neste ano.

As controladoras Odebrecht e Petrobras deverão assinar novo acordo de acionistas até o fim deste ano

Quanto ao desconto da Braskem feito pelos investidores em relação a suas pares internacionais, Musa disse que uma possível explicação está relacionada à relevante dependência dos negócios à economia brasileira, uma vez que ainda não está claro quão confiantes estão os investidores estrangeiros em relação à retomada econômica no país. Além disso, a companhia sofreu um "impacto reputacional" na esteira da Operação Lava-Jato. "Essa situação com certeza impactou as expectativas do mercado acionário, mas, do nosso ponto de vista, isso é página virada e o assunto está resolvido", acrescentou.

Ao mesmo tempo em que avalia oportunidades de crescimento inorgânico, a Braskem voltou à carga com projetos de expansão. Diante da aprovação da construção de uma nova linha de produção de polipropileno (PP) nos Estados

Unidos em junho, a Braskem vai superar o orçamento de investimento previsto para 2017.

Com o projeto, os desembolsos da petroquímica brasileira neste ano chegarão a R\$ 2,23 bilhões, frente a montante de R\$ 1,8 bilhão anunciado originalmente, de acordo com o vice-presidente financeiro da petroquímica, Pedro Freitas.

Até agora, acrescentou o executivo, cerca de dois terços do novo valor já foram executados. Os investimentos na nova fábrica nos Estados Unidos serão de até US\$ 675 milhões. Desse montante, 25% estão sendo aportados neste ano, 40% serão em 2018, outros 25% em 2019 e o restante, 10%, em 2020.

Conforme o presidente, em linhas gerais, a estratégia da Braskem está voltada à continuidade da diversificação de matérias-primas e de geografia. No conjunto de suas operações, incluindo fábricas no exterior, hoje a nafta representa pouco mais de 40% do total consumido. A primeira tonelada de eteno, a partir de etano importado dos Estados Unidos, foi produzida na semana passada em Camaçari (BA).

"O processo de investimento e de ajuste do sistema logístico está concluído. Com isso, a central de Camaçari vai produzir até 15% do eteno a partir de etano importado", comentou.

Globalmente, a Braskem vai procurar novas oportunidades de investimentos em polipropileno (PP) e polietileno (PE), a exemplo do que já está ocorrendo nos Estados Unidos. Conforme Musa, a diversificação geográfica fez grande diferença nos últimos três anos para os resultados da companhia.

"Apesar da maior presença no Brasil e da recessão, a rentabilidade da Braskem seguiu melhorando", comentou. Hoje, a Braskem tem 29 unidades produtivas no Brasil, quatro no México, seis nos Estados Unidos e duas na Europa e pouco menos de 50% da receita é gerada fora do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Mais usinas ficarão sem operar na próxima safra

O número de usinas sucroalcooleiras que ficará de portas fechadas no Brasil na safra 2018/19, que terá início em abril, deverá ser maior que no ciclo atual. A tendência ainda reflete a crise que abalou muitas empresas do setor na primeira metade desta década e que até hoje recai sobre a produtividade dos canaviais,

mas também tem relação com os problemas climáticos que limitaram a produção nos últimos anos.

De um total de 444 usinas espalhadas pelo país, pelo menos 79 não ligarão as máquinas na próxima temporada, conforme levantamento da RPA Consultoria - em 2017/18, 76 unidades não operaram. Mas o número poderá ser maior, já que diversas companhias com poucos recursos em caixa ainda estão definindo sua programação. Neste ano, o inverno mais seco que o normal no Centro-Sul, que concentra o maior número de unidades, colabora para alimentar incertezas sobre a produtividade em 2018/19 e mantém alguns planos indefinidos.

"Tem muita boca [moenda] e pouca cana", diz Ricardo Pinto, sócio da RPA. Segundo ele, será difícil o Centro-Sul chegar a uma moagem de 560 milhões de toneladas de cana no ciclo que está por vir, ante as cerca de 580 milhões estimadas pela empresa para a safra que está chegando ao fim. Como o volume de 2017/18 foi menor que o de 2016/17 (*ver infográfico ao abaixo*), mais usinas viram sua capacidade ociosa aumentar.

O cenário é agravado pela queda dos preços do açúcar, que tem forçado mesmo as companhias que estão com melhor saúde financeira a conter gastos para preservar margens. E há questões estratégicas que pesam na balança. A Raízen Energia, por exemplo, decidiu encerrar as operações da Usina Tamoios, em Araraquara, e a unidade que tem em Dois Córregos, município também localizado no interior paulista. A primeira produz apenas açúcar, enquanto a segunda faz açúcar e etanol.

Segundo a empresa, que tem elevado os investimentos na área agrícola, outras usinas suas nas mesmas regiões absorverão a matéria-prima disponível das unidades fechadas. Pesou nessa decisão o fato de a Raízen ter adquirido recentemente duas usinas do grupo Tonon, cujas lavouras estavam com baixa produtividade após um longo período de dificuldade financeira da empresa.

Assim, essa estratégia não reduzirá o volume de processamento do grupo. Em nota, a Raízen informou que as paralisações se dão em "um cenário de menor disponibilidade de cana nessas regiões e da otimização logística e de produção" e deverão durar ao menos dois anos.

Outra que não vai entrar em ação na próxima safra é a usina da Biosev na cidade sul-mato-grossense de Maracaju. A unidade, que produz açúcar e etanol, tem capacidade para processar 1,8 milhão de toneladas de cana por safra, mas vinha moendo menos, mesmo com mais aportes da empresa em suas operações agrícolas no país. A cana que iria para a usina agora será entregue a outras duas unidades da companhia na região, que têm maior capacidade de processamento. Além disso, essas usinas podem utilizar bagaço de cana para

gerar energia elétrica, o que potencializa os ganhos com a mesma quantidade de matéria-prima.

De uma maneira geral, o fechamento de unidades tem tido mais impacto sobre os empregos do segmento do que sobre a produção. Apenas a paralisação dessas três usinas adicionais em 2017/18 significará uma redução de ao menos 750 postos de trabalho. Na terça-feira, a Raízen foi obrigada por decisão liminar da Justiça a anular as demissões que fez na unidade Tamoio para negociar os termos das dispensas com os sindicatos locais. A companhia informou que "tomará todas as medidas judiciais cabíveis".

Outra empresa que poderá paralisar uma de suas usinas é a Renuka do Brasil. Com um processo de recuperação judicial que enfrenta complicações depois que a Justiça suspendeu o leilão de uma de suas unidades, a companhia opera com menos de metade da capacidade total de suas duas unidades, de 10,5 milhões de toneladas, segundo uma fonte a par do assunto.

Sem os recursos que previa arrecadar com o leilão, a Renuka enfrenta dificuldades para pagar fornecedores. Neste semestre, a empresa demitiu cerca de 500 funcionários da Usina Madhu, em Promissão (SP), por causa da redução da moagem. A companhia ainda não sabe se vai operar as duas usinas em 2018/19. Mas, para rodá-las, precisará investir em manutenção de maquinário mesmo com o caixa apertado.

Para Ricardo Pinto, nenhuma das 76 usinas que estão paradas nesta safra deverá voltar a operar na próxima. A tendência, afirma, é que 12 unidades, além das três que fecharão as portas na próxima safra, voltem à atividade apenas "nos próximos anos". Se isso de fato acontecer.

Mais sobre preços em Commodities Agrícolas

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros e Previ reforçam governança

Os principais fundos de pensão do país - Petros, dos funcionários da Petrobras, e Previ, do Banco do Brasil - têm realizado esforços para restaurar a credibilidade do setor, afetados por denúncias de corrupção, déficits elevados e ingerência política. Recentes medidas adotadas pelas duas entidades seguem as diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), cujo plano de ação para 2018 tem como um dos principais focos aprimorar a governança corporativa do setor.

Alvo de denúncias de corrupção e maus investimentos que contribuíram para o déficit de quase R\$ 28 bilhões, a Petros lançou ontem um programa de integridade que consolida ações implementadas pelo presidente Walter Mendes, na cadeira há pouco mais de um ano.

"Isso é particularmente importante porque a segunda fundação do país não tinha área de risco verdadeiramente operacional, não tinha parte efetiva de controles internos, não havia mecanismo para coibir de fraudes nem mesmo regras disciplinar aqueles que burlavam regras de conduta", enumerou o executivo, em seminário de controles internos realizado pela Petros e pela Previ, no Rio.

Mendes vem trabalhando para mudar o cenário na fundação da Petrobras, que tem patrimônio total de mais de R\$ 83 bilhões. Entre as mudanças, também está a política de seleção de conselheiros nas empresas em que detém participação. A partir de 2018, esses representantes serão 100% externos - hoje esse patamar é de 67%, segundo esses critérios. Antes das assembleias de abril, o nível era de 6%. Os demais representantes eram dirigentes ou membros dos conselhos fiscal ou deliberativo da entidade. O próprio Mendes tem assentos nos conselhos da Itaúsa e da Invepar e não irá renovar seus mandatos.

Para o executivo, não há uma "bala de prata" para blindar os fundos de pensão de ingerências políticas, por exemplo, mas um conjunto de medidas que visam proteger a instituição de desmandos. "Na hora em que você começa a criar vários controles, você elabora um processo bem organizado. Ele tem que passar pelo risco, pelos controles internos, tem várias checagens, pesos e contrapesos. Assim você está tentando blindar", disse.

Na Previ, que não passa pelos mesmos problemas da Petros, a intenção é aumentar a régua de exigência de critérios de governança para as empresas investidas, segundo o presidente Gueitiro Genso. Com a necessidade de dar mais liquidez a sua carteira e a intenção de sair dos blocos de controle e de pulverizar os investimentos em renda variável, o fundo de pensão quer ter um papel mais ativista nas empresas em que tiver participação. Investimentos em ofertas iniciais de ações (IPO em inglês), como o da BR Distribuidora, por exemplo, estão no radar da fundação. Mas apenas o retorno dos investimentos não é o único critério para esta decisão.

A Previ já anunciou a criação de um rating de governança que será incluído na política de investimentos para os próximos sete anos a partir de 2018. "A prioridade para nos desfazermos dos investimentos são aqueles com o menor nível de governança", exemplificou.

Assim como na Petros que já decidiu instituir um comitê de auditoria, a exemplo de grandes empresas de capital aberto, a Previ fará o mesmo. "A Previ e a Petros podem ser uma inspiração para que o sistema evolua nessas mesmas práticas", afirmou.

Este ano, a Previc implementou a supervisão baseada em risco e criou regras mais rígidas para as fundações de maior porte, as chamadas Entidades Sistemáticamente Importantes (ESI). Para o diretor superintendente do regulador, Fábio Coelho, a sociedade enxerga os fundos de pensão pelos déficits elevados e denúncias de corrupção. "A ideia é inserir a caixa da governança e de controles naquilo que fazemos no dia a dia", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Fundação vai processar ex-dirigentes

A Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, vai abrir processos contra ex-dirigentes da entidade. O objetivo é que eles sejam responsabilizados judicialmente por problemas na gestão dos investimentos. Sem citar nomes ou mencionar especificamente o conteúdo das denúncias, o atual presidente Walter Mendes quer agilizar essas ações. Alvo da CPI dos fundos de pensão e da Operação Greenfield, que investiga desvios nos fundos de pensão, a Petros tem denúncias de ingerência política, maus investimentos e corrupção.

"Da nossa parte, contratamos escritórios de advocacia para fazer processo de responsabilização. Levaram um certo tempo para fazer esse trabalho. Nós vamos começar a abrir processos contra os dirigentes anteriores", afirmou Mendes, durante seminário sobre controles internos, no Rio. Segundo o executivo, as ações devem ser apresentadas "em breve".

A medida ocorre em paralelo ao encaminhamento das conclusões de investigações internas do fundo de pensão para o Ministério Público Federal (MPF), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e também a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desde que Mendes assumiu, em setembro de 2016, a Petros criou comissões internas de investigação - hoje são 15 apurações- e logo que são concluídas, as conclusões são enviadas às autoridades.

"Não é um trabalho simples e exige muita responsabilidade. Você não pode acusar ninguém sem ter evidências. E nem sempre você consegue estas evidências de forma tão clara que permita a você ir para a Justiça. Vai ser um caso ou outro que a vamos conseguir", afirmou, sem detalhar.

Mendes também aguarda a aprovação das autoridades para dar início ao plano de equacionamento da entidade ainda este ano. Os recentes resultados positivos, no entanto, não poderão ser aplicados para reduzir o valor a ser equacionado pela patrocinadora e pelos participantes, de R\$ 27,7 bilhões.

"O equacionamento foi feito relativo ao déficit ocorrido até 2015 e depois apenas atualizamos o valor até dezembro de 2017", disse. Se a fundação gerar superávits expressivos, é possível negociar uma redução com a Previc, mas não há previsão para isso. No ano até setembro, o PPSP, plano de benefício definido, subiu 8,51%, acima da meta de 6,22%. No PP-2, de contribuição definida, o ganho foi de 8,18% - objetivo é de 6,10%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação e Tributos

Autor:

Título: Destaques

Indenização por prisão

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) não acolheu embargos da Companhia Paranaense de Energia (Copel) contra condenação ao pagamento de indenização de R\$ 100 mil a um ex-assessor jurídico preso no local de trabalho sob acusação de improbidade, fraude e formação de quadrilha. A prisão ocorreu na presença de jornalistas e colegas de trabalho, mas os supostos atos ilegais não foram comprovados depois pela Copel. A decisão é da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1). Na reclamação trabalhista, o advogado explicou que a prisão estava relacionada a supostas irregularidades num contrato firmado entre a Copel e a massa falida da Olvepar, que previa a compra de R\$ 45 milhões em créditos de ICMS, com deságio de R\$ 5,4 milhões. Segundo o assessor jurídico, numa reunião em dezembro de 2002 o presidente da Copel pediu-lhe que analisasse, ali mesmo, os aspectos formais do contrato, informando-lhe que a legalidade da transação já havia sido examinada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pela Secretaria da Fazenda. Ele deu seu visto, pois o contrato atendia aos requisitos. No entanto, a transação foi posteriormente anulada e ele foi demitido por desídia em janeiro de 2003, após 27 anos de serviço (número do processo foi omitido para preservar o trabalhador).

MME / ASCOM .